

Os desafios da posse da terra para os patrimônios alimentares de quilombos em Goiás

The challenges of land tenure for the food assets of quilombos in Goiás

Los desafíos de la tenencia de la tierra para los bienes alimentarios de los quilombos en Goiás

Denise Oliveira e Silva¹

RESUMO

O reconhecimento da importância das comunidades quilombolas do cerrado no Estado de Goiás pode contribuir para manter a biodiversidade com base em seus saberes tradicionais para promover a garantia da sociobiodiversidade deste bioma. A partir da realização de abordagem etnográfica sobre os patrimônios alimentares foi possível identificar a influência do racismo histórico e estrutural como matriz de conflitos fundiários, junto com o avanço do agronegócio na região que tem promovido problemas ambientais. O legado de patrimônios alimentares tem sido mantido por estratégias de resiliência que precisam atravessar a fronteira de iniciativas destas comunidades para serem protegidas pelo Estado mediante a políticas públicas que promovam proteção social pela junção de dimensões de sustentabilidade e inclusão econômico-social. Pela combinação da sabedoria ancestral e inovações tecnológicas de sistemas agroecológicos pode-se promover benefícios à natureza e à sociedade de forma sustentável. A valorização de conhecimentos e patrimônios alimentares saudáveis e sustentáveis, sem deixar ninguém para trás, ajuda a vida humana possível no planeta.

Palavras-chave: Quilombos; Patrimônio Alimentar; Sistemas Agroecológicos

ABSTRACT

The importance of quilombola communities in the cerrado in the State of Goiás can contribute to maintaining biodiversity based on their traditional knowledge to promote the guarantee of sociobiodiversity in this biome. Through an ethnographic approach on food heritage, it was possible to identify the influence of historical and structural racism as a set of land conflicts, together with the expansion of agribusiness in the region that has promoted environmental problems. The legacy of food heritage has been maintained by resilience strategies that need to cross the boundaries of these communities' initiatives to be protected by the State through public policies that promote social protection by combining dimensions of sustainability and economic-social inclusion. By combining ancestral wisdom and technological innovations of agroecological systems to promote benefits to nature and society in a sustainable

¹ Pesquisadora em Saúde Pública do Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura da Gerência Regional de Brasília da Fundação Oswaldo Cruz. <https://orcid.org/0000-0002-6656-7347> E-mail: denise.silva@fiocruz.br

way. The acknowledgement of knowledge and healthy and sustainable food heritage, without leaving anyone behind, contributes to making life possible on the planet.

Keywords: Quilombos; Food Alimentary; Agroecological Systems

RESUMEN

El reconocimiento de la importancia de las comunidades de quilombola cerrado en el Estado de Goiás puede contribuir a mantener la biodiversidad basada en sus conocimientos tradicionales para promover la garantía de la sociobiodiversidad de este bioma. A partir de la realización de un enfoque etnográfico sobre los activos alimentarios, se logró identificar la incidencia del racismo histórico y estructural como matriz de conflictos por la tierra, junto con el avance del agronegocio en la región que ha promovido problemas ambientales. El legado de los activos alimentarios se ha mantenido mediante estrategias de resiliencia que necesitan cruzar la frontera de las iniciativas de estas comunidades para ser protegidas por el Estado a través de políticas públicas que promuevan la protección social uniendo dimensiones de sostenibilidad e inclusión económico-social. Combinando la sabiduría ancestral y las innovaciones tecnológicas de los sistemas agroecológicos se puede promover beneficios a la naturaleza y la sociedad de manera sostenible. La valorización del conocimiento y patrimonio alimentario saludable y sostenible, sin dejar a nadie atrás, contribui para hacer posible la vida humana en el planeta.

Palabras clave: Quilombos; Patrimonio Alimentario; Sistemas agroecológicos

Introdução

O bioma Cerrado é considerado um dos maiores centros difusores de biodiversidade do mundo e está sendo devastado pelo avanço da exploração agropecuária implantado pela modernização da agricultura frente ao avanço do agronegócio predatório. A região vem sofrendo danos que perpassam as dimensões ambientais e sociais, e colocam os povos e comunidades tradicionais que formam os territórios desse bioma em vulnerabilidade social, cultural e ambiental. Neste sentido, os povos e comunidades são importantes para manter a biodiversidade com base em seus saberes tradicionais promovendo a garantia da sociobiodiversidade do território.

Entre 2017 e 2020, o Programa de Alimentação e Cultura da Fiocruz Brasília (PALIN - Fiocruz Brasília) compôs uma equipe de pesquisadores responsáveis pelo

estudo multicêntrico⁽²⁾ *“Promoção da Saúde e Qualidade de Vida em Comunidades Quilombolas de diferentes regiões brasileiras: estudo multicêntrico realizado nos Estados de Alagoas (Universidade Federal de Alagoas), Rio de Janeiro (Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz), Goiás (Universidade de Brasília) e Rio Grande do Sul (Universidade Federal de Pelotas e Universidade Católica de Pelotas, financiado pelo edital CNPq/MS/SCTIE/ DECIT/SGEP/DAGEP Nº 21/201. A partir deste estudo, foi desenvolvido um subprojeto com o propósito de descrever os patrimônios alimentares culturais e materiais de comunidades quilombolas no Estado de Goiás. A descrição dos resultados obtidos por esta pesquisa constitui-se do objetivo deste artigo.*

Metodologia

O caminho metodológico usado na realização da pesquisa foi a abordagem etnográfica, escolhida por sua relevância na construção de percursos metodológicos, que permite a descrição densa de realidades sociais e culturais pelo seu papel estruturante de promover a interação entre pesquisador e comunidade.

Devido as diferentes configurações histórico-políticas que envolvem as comunidades quilombolas, a abordagem etnográfica foi relevante pois, de alguma forma, permitiu o reconhecimento das particularidades e das minúcias da vida social dessa comunidade. Esse tipo de abordagem contribui para atuar na pertença de elementos objetivos e passíveis de visualização do pesquisador e/ou explanação dos sujeitos da pesquisa, e captar questões sensíveis da vida social, dificilmente lavadas para a esfera da oralidade (GEERTZ. 1983) ⁽¹⁾.

Com este caminho metodológico definido, foram priorizadas as dimensões estruturantes dos sentidos da pesquisa de campo. Inicialmente, buscamos compreender as formas de produção, acesso e consumo de alimentos e de comensalidade; e compreender as combinações, momentos, formas e objetivos que

² Agradecimentos: Bruna de Oliveira, Jorge Machado, Coordenador do Programa Saúde Trabalho e Ambiente (PSAT) da Fiocruz Brasília Rede de Territórios Sustentáveis e Saudáveis. (Projeto 25100.017.062/2015-48, dezembro de 2015).

associam ao cozinhar e ao comer. Para isto, as informações sobre os fatores culturais dos hábitos alimentares, a manutenção/preservação da cultura alimentar, o resgate das tradições alimentares pela compreensão do território quilombola como funcional e simbólico, foram estabelecidas como os elementos orientadores.

A escolha dos territórios quilombolas no Estado de Goiás foi realizada por meio de amostra intencional. A amostra foi definida pelo projeto matriz de características epidemiológicas que consistia na categorização, segundo três períodos de certificação: (a) Recente: 2012 a 2014; (b) Moderado: 2008 a 2011; (c) Elevado: 2004 a 2007. Para cada comunidade uma categoria foi sorteada.

Para os casos de comunidade sorteada com menos que 400 domicílios, foram realizados sorteios de uma ou mais comunidades adicionais até que se atingisse o quantitativo exigido. O propósito era ter o total de 400 domicílios elegíveis para o estudo. Caso a comunidade sorteada possuísse um número de domicílios superior a 400, o critério estabelecido foi o aleatório de seleção para garantir a inclusão no estudo de 400 famílias quilombolas por estrato de certificação conforme as características da distribuição espacial dos domicílios).

Segundo os critérios amostrais estabelecidos foram selecionadas 08 comunidades quilombolas para a execução do estudo, e estas também foram utilizadas para o subprojeto relacionado a patrimônios alimentares conforme descrito na tabela 1:

Tabela 1: Lista das comunidades visitadas e seus respectivos municípios

Comunidade	Município do Estado de Goiás
Tomás Cardoso	Barro Alto
Comunidade dos Remanescentes do Quilombo do Pombal	Santa Rita do Novo Destino
Comunidade do Forte	São João D'Aliança
Baco Pari	Posse
Extrema	Iaciara
Povoado Levantado	Iaciara
Família Maçalhães	Nova Roma
Flores Velha	Flores de Goiás

Fonte: Equipe de pesquisa, 2017.

A definição dos sujeitos da pesquisa foi estabelecida pela identificação de atores-chaves nos territórios quilombolas que pudessem trazer as memórias, patrimônios materiais e/ou imateriais, formas de comensalidade numa perspectiva sócio-simbólica-cultural. Assim, participaram 30 mulheres e 10 homens identificados e reconhecidos pela comunidade como líderes comunitários, benzedeadas, idosas que fazem remédios caseiros, e mulheres cozinheiras.

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram Roteiros de Abordagem para realizar entrevistas gravadas por meio digital. Este instrumento continha questões relativas ao conhecimento simbólico dos alimentos consumidos no passado e que atualmente não são mais consumidos (memória); os alimentos consumidos hoje e que não eram consumidos antigamente seriam a base do mapeamento dos modos de cozinhar e da culinária.

Neste instrumento a possibilidade de conhecer os alimentos cotidianos (dia de semana e final de semana) para tentar construir a frequência alimentar foi estabelecida como possibilidade na abordagem. Os usos simbólicos dos alimentos em dias especiais (festas, dias santos) foi incluído também.

O trabalho de campo ocorreu por meio de viagens com toda a equipe, que permaneceu nos territórios quilombolas entre 7 e 10 dias. Foram oito visitas entre o período de 2017 e 2020. A equipe era composta por pesquisadores e auxiliares de pesquisa, em sua maioria estudantes de graduação de enfermagem, serviço social, nutrição, ciências sociais e história da Universidade de Brasília.

O tratamento dos dados para a análise e interpretação dos resultados foi baseada integralmente nas entrevistas gravadas e nas anotações dos diários de campo dos pesquisadores. O material coletado foi transcrito com os sinais emocionais de expressão de fala, depois foi feita uma leitura exaustiva para a definição de categorias de sentido.

O caminho analítico e interpretativo foi inspirado pela hermenêutica, que se propõe à busca de significados da consciência do indivíduo sobre sua realidade vivida para a construção dos significados. Para ao final obter o corpus de sentido êmicos de vivências entre os participantes da pesquisa e os pesquisadores sobre o

objeto da pesquisa. Todas as etapas da pesquisa foram submetidas ao Comitê de ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A origem do Quilombo Kalunga nas memórias e identidades

O cerrado é território de histórias e identidades de paisagens e fitofisionomias diversas. Por décadas uma imagem depreciativa foi construída como paisagem “feia e pobre” de impressões ecológicas para invisibilizar, deslegitimar e dissipar suas identidades e suas histórias territoriais⁽²⁾. O desconhecimento da importância do bioma e as potencialidades ecológicas do cerrado tem sido fator de promoção a ameaças predatórias por meio dos interesses de sistemas alimentares hegemônicos que compreendem a alimentação humana como dimensão de lucro e exploração de commodities alimentares do agronegócio instalado nesta região. Assim, nesta região de disputas sobre o conceito de desenvolvimento das sociedades industriais desta modernidade a sociobiodiversidade do cerrado expressa-se como território de resistência e tem fortalecido agendas de sua biodiversidade mantida pelos povos e comunidades tradicionais que o habitam. Como os quilombos espaços de vida e de conservação desse cenário ambiental e social deste território para a manutenção da vida⁽³⁾.

A palavra “quilombo” é um termo oriundo dos povos de línguas bantu provavelmente dos povos do Zaire e da Angola. Sua origem remete a organização de guerreiros da floresta e compunha um sistema social africano de povos de origem caçadora ⁽⁴⁾. No Brasil, este termo foi utilizado desde o período colonial sendo utilizado como conotação de lugar de negro fugido. No registro do Conselho Ultramarino do Rei de Portugal, em 1740, era denominado de “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele⁽⁵⁾”.

No processo de desenvolvimento dos quilombos e o aquilombar, desde o início do período colonial, as características próprias de organização social, expressões culturais e religiosas, práticas econômicas, de ocupação da terra e relação com ambiente. Representam espaço liberdade e resistência de um povo que, desde a chegada em terras brasileiras, guardam características singularidades africanas a apregoam ideais de emancipação dos povos africanos. Tem sido sinônimo de resistência étnica e política e buscam por seus direitos pela garantia de seus territórios onde a identidade étnica e sua territorialidade são conceitos fundamentais para a condição dessas coletividades camponesas⁽⁶⁾.

Os quilombos na história brasileira em terras latino-americanas⁽⁴⁾ tem ao longo de dois séculos atravessado conflitos raciais, sociais e econômicos de marginalização, descaso e violência política e estatal⁽⁵⁾. Em que são observados tímidos avanços em relação às pautas de comunidades quilombolas. O reconhecimento dessa identidade coletiva nas políticas públicas tem sido conquistado por meio de articulação e mobilização social.

O marco temporal de conquistas a partir da segunda metade do século 20, são associadas às reformulações acadêmicas sobre as concepções dos fenômenos de aquilombamento e resultaram em pressões políticas importantes. Como a inclusão de artigos na Constituição Brasileira em 1988 que reconheceram às comunidades quilombolas as propriedades por elas ocupadas obrigava ao Estado emitir seus respectivos títulos de posse⁽⁷⁾. Mas ainda revela o abismo fundiário da posse da terra quilombola. Em que o processo de certificação garante o reconhecimento de presunção de ancestralidade mas não da titulação de terras de posse de suas terras ancestrais.

No Estado de Goiás, o conhecimento da presença de escravos negros tem fonte história incerta na África Central. A maioria de estudos e pesquisas apontam que o principal fator determinante para a imigração forçada de negros escravizados para Goiás foi a descoberta de Ouro em Goiás⁽⁸⁾. Os primeiros escravos negros vieram da Capitania da Bahia e da capital São Paulo no final a partir de meados do século XVIII (1755), pelos rios Paranaíba, Tocantins e Araguaia até voltarem pelo rio Tietê a São Paulo, no fim do século XVIII, da descoberta de ouro na região.

Portanto, o surgimento de quilombos em Goiás é reconhecido desde o início da mineração do ouro devido ao isolamento geográfico, que atrairá negros escravizados de várias partes do país, principalmente da região nordeste, Minas Gerais e São Paulo. Que junto com a exploração vil e pelos castigos e desmoralização social será a matriz aquilombamento como apontado por Martiniano:

“(...) é que os maus-tratos e a brutalidade nas minas e nos engenhos levavam os escravos à revolta e, se bem sucedidos, a formar quilombos nas montanhas vizinhas, como se não bastassem os esconderijos naturais do ecossistema dos cerrados e a falta de um número maior de feitores armados nas lavras mais distantes, também facilitando a fuga e a formação de quilombos no mais centralizado território da Colônia. A fuga, fundada nos mais variados motivos, inclusive o de “simples prazer de namoro com a liberdade”, como nas demais áreas da região, ocorria de forma “interna”, “externa”, individual e coletiva, sendo também frequente nesse território, até a “de canoa ou jangada”, facilitada por três grandes rios - o Araguaia a oeste, o Tocantins a leste e o Paranaíba ao sul; estando bastante evidenciada no século XIX nos anúncios de jornais (Martiniano: 283).

O Estado de Goiás apresenta cerca de 25 comunidades quilombolas identificadas, tanto em área urbana como rural⁽⁹⁾. Existem outros quilombos goianos identificados em cerca de 27 municípios em áreas rurais na região do Norte do Estado. Os autores afirmam que há estudos direcionados à formação e à constituição dessas comunidades têm apontado que nem sempre os seus territórios atuais coincidem com os locais originais de antigos quilombos, especialmente as urbanas, que podem ser resultantes de diferentes trajetórias socioespaciais.

Diversos processos de lutas são relatados por inúmeros historiadores sobre os quilombos no Estado de Goiás para a conquista de suas terras principalmente após a decadência da exploração do ouro a suposta Abolição da Escravidão no século XIX.

Na região de Goiás destaca-se a história do Quilombo Kalunga, organizado a partir de 1760, que tem cerca de 250 anos com titulação de suas terras. Sendo uma comunidade tradicional de matriz africana terra fundada na ancestralidade e no isolamento geográfico. Localizada nos municípios: Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás. Pode ser dividido entre quatro subgrupos: Engenho II, o

Vão do Moleque, vão das Almas e o Ribeirão dos Bois. Tendo como sua principal atividade econômica a agricultura familiar de subsistência ⁽¹⁰⁾.

O surgimento destas comunidades data do final do século XIX até o início do século XX. Sendo importante observar que a relação de proximidade geográfica com o território Kalunga demonstra a importância deste quilombo para o surgimento destas comunidades.

A identidade e memória de patrimônios alimentares nas comunidades quilombolas da pesquisa apontam a história ancestral de produção e cultivo de alimentos relacionadas ao quilombo “Kalunga”. Os discursos revelam que a trajetória de fundação destes quilombos referida por pessoas oriundas dos estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás, tem o território Kalunga presente nas narrativas.

“(...) nós sempre soubemos dos Kalunga, meu pai e meu avó falavam muito, mas o nosso quilombo foi fundado pela Dona Maria (nome fictício) e sua família (...) naquela época havia muita perseguição para aquelas bandas (...)”
(Quilombola idosa)

Em vários discursos, principalmente dos mais velhos, a história da comunidade é narrada em meio a medos de perseguição. Embora estas comunidades tenham sido certificadas pela Fundação Cultural Palmares, e não são tituladas pelo INCRA até o momento da realização do trabalho de campo. As narrativas revelam as ameaças de compra de terras, ou ocupação, cessão forçada por fazendeiros da região:

“(...) eu nunca falei que isto aqui era quilombo (...) nós sabia dos Kalungas mas tinha medo de perseguição (...) quando começaram a visitar as regiões e uns e outros começaram a dizer que tinha muito preto e a gente viu que não ia dar problema, aqui virou quilombo (...) é verdade sempre teve muito nego aqui (...)”
(Mulher líder comunitária)

O sistema ancestral de produção alimentar: o legado ameaçado

As comunidades participantes desta pesquisa foram certificadas pela Fundação Cultura Palmares como locais de presunção de ancestralidade africana.

Mas, até este momento, não receberam títulos de posse da terra. Esta situação é compreendida pela comunidade como ameaça ao plantio de alimentos tanto para a subsistência como para a comercialização. O interesse de fazendeiros da região que não reconhecem o território como terra de quilombos:

“não adianta o governo dar certificação(...) aqui tá andando um advogado de fazendeiro dizendo que não vamos receber título de posse e que é melhor vender as terras para eles(...) ele conversa de mansinho, mas depois ameaça que vai tomar a terra(...) não há esperança para fazer nada, para plantar nada(...)”

(Mulher, líder comunitária da região)

O efeito desta situação interfere na disponibilidade alimentar relatada por experiências de dificuldades de plantio devido a problemas ambientais:

“como a gente pode plantar alguma coisa aqui? Sabemos pelos mais velhos que dava muito plantio aqui(...) tinha muito animal(...) mas tudo está sendo perdido(...) não temos como plantar como nossos pais ensinou(...) não queremos usar estes venenos na terra(,,) aqui tem soja, milho e boi(...) nois desconfia se isto é bom(...) não queremos desaprender(...) mas vamos morrer e os mais novos não vão mais plantar(...)”
(Homem idoso)

O surgimento de novas pragas como a “mosca branca” que ataca as plantações de feijão ou o “cupim” que mata a mandioca devido a terra seca. O desaparecimento dos vários rios da região que secaram ou diminuíram drasticamente seu volume. Com as que chuvas duram período mais curto e o solo está mais compactado. Estes fatores que estão impactando diretamente na produção agrícola, culinária, econômica.

Para os quilombolas destas comunidades o ofício ancestral do plantio, tradicional está ameaçado. Eles não querem usar agrotóxicos e outros insumos agrícolas usados nas plantações de grandes fazendeiros da região e consideram que este problema promove a Fome e a Miséria.

“não adianta plantar nada aqui mais(...) a cada ano a gente colhe menos coisa(...) vai sumir tudo para virar pastos para boi (...) e nós vai morrer de fome e miséria”

(Homem, líder comunitário)

Os problemas climáticos que evoluem a cada ano têm contribuído para a perda do ofício na agricultores tradicionais e está intimamente ligado à sua identidade, de relação com a terra, plantio, colheita e subsistência. Embora o contexto de produção é ameaçador segundo os quilombolas podem ser observadas a produção de farinha, rapadura e queijos, a criação de animais para a alimentação (e nutrição) das famílias.

Destaca-se a produção de rapadura em duas comunidades com melhor situação ambiental e econômica, que são cortadas por três rios. Observa-se que os alimentos plantados são a mandioca, cana, milho e feijão. O milho e cana são mais utilizados para alimentar os animais, a mandioca e o feijão para alimentação da família. A criação de animais é afetada pela escassez de chuvas. As famílias com mais condições criam galinhas, as utilizam apenas para consumo próprio e não mercantilizam os ovos. Algumas famílias criam porcos para consumo próprio e para serem comercializados.

O boi e vaca se restringem a pouquíssimas famílias, e estes são usados tanto para comércio de leite e para consumo próprio e da comunidade em festas religiosas. A produção de leite é reduzida, a maioria das famílias não produzem mais queijo, mas os mais velhos e alguns adultos afirmam ainda saberem fazê-lo.

Não há produção excedente (como hortaliças, ovos e feijão). O que é mais comum é doar uns aos outros do que trocar efetivamente. Apenas uma moradora trabalhava com extração de recursos naturais. Ela quebra coco nativo e vende as sementes para Formosa em Goiás.

A pesca já não é mais uma prática nas comunidades pesquisadas. Os relatos apontam a existência no passado de muito peixe elétrico, traíra, piaba e arraia, mas eles sumiram porque os rios secaram. A carne de caça desapareceu. Os relatos que a cada dia tem menos tatu, paca, veado e o catitu. Estes animais foram lembrados de serem consumidos na infância e juventude de vários moradores. O que é

impedido devido à ausência destes animais devido ao desmatamento e de sua caça proibida.

Neste contexto de ameaça ao ofício de plantio tradicional e os problemas ambientais a baixa disponibilidade alimentar crescente segundo os quilombolas interfere nos patrimônios alimentares. O bioma e as relações construídas entre espaço, tempo e pessoas moldam a cultura alimentar como referenciais identitárias. No conceito de patrimônios cultural e material estabelecido pelo Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico Nacional - IPHAN (2000), estabelece:

“constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nas quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

As consequências da baixa disponibilidade alimentar devido as ameaças aos territórios dos quilombos que participaram desta pesquisa parecem interferir nos patrimônios alimentares sejam de natureza material e/ou imaterial.

O cozinhar, ofício identificado com o gênero feminino nestas comunidades, tem o espaço da cozinha em geral no lado externo das habitações. Nas comunidades de Fazenda Canabrava e Baco Pari, as moradoras utilizam o fogão a lenha para cozinhar devido ao alto custo do gás de cozinha. Nas Comunidades de Extrema e Levantado, foram observados fogão a lenha e fogão a gás. Embora, a tradição culinária reconheça preparação da comida fique mais saborosa e o cozimento é mais rápido com o uso do fogão de lenha.

Os modos/receitas tradicionais para produção, plantio, cultivo de alimentos de origem vegetal e animal são a base de preparações culinárias do cotidiano e para eventos celebrativos de origem religiosa católica. O feijão tropeiro ou farofa de feijão é uma preparação elaborado com carne bovina - geralmente cozida, mas algumas vezes pode ser assada. Estes pratos foram expostos como indispensáveis em confraternizações especiais como festas religiosas, casamentos etc.

A farofa de carne bovina, igualmente, está mais presente no gosto popular do que a farofa de frango, mas ambas são consumidas em datas comemorativas também. A carne suína também é muito consumida, acompanhada por arroz e macarrão. O consumo de legumes e verduras é pouco frequente, sendo referido saladas em eventos festivos. A abóbora e o chuchu são consumidos de forma cotidiana.

As frutas e doces são relatadas como produtos raros no cotidiano e por vezes estão presentes raras vezes em festas. São referidos os doces de leite com alguma fruta (mamão ou fruta do cerrado). Há lembranças de pamonhas, bolo de mandioca, doce de leite, doce de mamão, entre outros, que eram mais presentes na rotina das comunidades.

A presença de “almoços comunitários” são expressão de patrimônios alimentares nestas comunidades. Em geral fazem parte de celebração festas religiosas cristãs elaborados por mulheres das comunidades. Nas datas não comemorativas os moradores relataram se alimentar de arroz, feijão de caldo, alguma carne – quando tem, e raramente alguma verdura ou legume. Muitos são beneficiários do programa social “Bolsa Família”, principal fonte de renda da população entrevistada, e fazem compras em mercados fora da comunidade, já que a colheita está cada vez mais escassa. Se não fosse por esta política, alguns quilombolas não estariam sequer se alimentando, tal fato não pode ser minimizado. Porém, a oferta externa de alimentos baratos tem afetado o consumo.

Alguns produtos industrializados estão inseridos na dieta local atualmente, a saber: salsicha, mortadela, biscoito industrializado (principalmente doce), suco em pó, macarrão instantâneo, dentre vários outros com pouco ou nenhum valor nutricional. Muitos substituíram a refeição que antes era feita com alimentos produzidos localmente por estes produtos, principalmente as famílias mais pobres.

As quilombolas, principalmente as mais idosas, relataram ter conhecimentos sobre ervas e remédios locais. Mas observaram que está cada dia sendo gradativamente menos consumidos. Revelaram que aprenderam o ofício com mães e avós, muitas vezes de origem indígena. Relataram fazer “garrafadas”, a exemplo de uma quilombola da Fazenda Canabrava. Fazem chás, infusão com mistura de

ervas e/ou de “casca de pau” (raspa do tronco das árvores), mas só fazem para “os de casa”.

Os resultados apresentados podem contribuir para a compreendermos a realidade ambiental, econômica e social destas populações. O perfil socioeconômico apresentado demonstrou que a cultura alimentar de remanescentes destes quilombos rurais permeia o campo do trabalho agrícola, a seleção e armazenamento de sementes, a colheita de produtos, a criação de animais, o domínio de ervas e raízes, a pesca, a culinária, entre outros. Os problemas ambientais, principalmente relacionados a escassez de água decorrente, tanto dos ciclos de água da região quando da depredação dos sistemas agropecuários hegemônicos dificulta e até mesmo impede as atividades das famílias, além de comprometer não só a cultura alimentar, mas a saúde e subsistência dessas comunidades.

O papel das comunidades quilombolas, no cerrado e na restauração dos ecossistemas alimentares, pode ser a esperança para transformar os sistemas alimentares contemporâneos corporativos que promovem problemas climáticos econômicos e desigualdade social. A capacidade dessas comunidades de reunir a sua sabedoria ancestral como amalgama da resiliência para enfrentar as adversidades climáticas é um caminho de esperança para a reparação.

Considerações finais

Os patrimônios alimentares materiais e imateriais destas comunidades que habitam o cerrado, está extremamente ameaçado, devido aos conflitos fundiários e o avanço do agronegócio na região. Os problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas participantes desta pesquisa estão relacionados aos racismos históricos e estruturais no Brasil. O cerrado brasileiro é uma área de grande inserção do agronegócio do país, e as populações originárias e os povos de matriz africana são constantemente ameaçados em sua posse de terra.

O legado de patrimônios alimentares tem sido mantido por estratégias de resiliência que precisam atravessar a fronteira de iniciativas destas comunidades

para serem protegidas pelo Estado. Mediante políticas públicas que promovam a proteção social pela junção de dimensões de sustentabilidade e inclusão econômico-social, junto com a sabedoria ancestral e inovações tecnológicas de sistemas agroecológicos é possível promover benefícios a natureza e à sociedade de forma sustentável para valorizar conhecimentos e patrimônios alimentares saudáveis e sustentáveis, sem deixar ninguém para trás e para tornar a vida humana possível no planeta.

REFERÊNCIAS

1. Geertz, C. *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology*. New York, NY: Basic Books, 1983.
2. Nogueira, M. Povos do Cerrado: características gerais e desafios comuns. In: GAWORA, D. IDE, M. H. S. BARBOSA, R. S. Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. Montes Claros: Unimontes, 2011. p. 39--50.
3. Almeida, AWB. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. IN: ALMEIDA, A. W. B. Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2a edição. PGSCA - UFAM. Manaus, 2008.
4. Ratts, A. Eu sou atlântica - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Instituto Kuanza. Imprensa Oficial. São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://www.imprensaoficial.com.br/download/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>>.
5. Schmitt, A.; Turatti, MCM.; Carvalho, MCP. A atualização do conceito de quilombo: identidade e territórios nas definições teóricas. *Revista Ambiente e Sociedade*. São Paulo, 2002.
6. Leite, IB. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 2008.
7. Calheiros, FP; Stadtler, HHC. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. *Revista Katal*. Florianópolis, 2010.
8. Reis, JJ; Gomes, FS. *Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, 579p.
9. Oliveira, FB; Abadia, MIV. Ensaio sobre os quilombos de Goiás. *Revista Territorial*, Goiás, v.3, n.1 p.155-172, jan./jun, 2014.
10. Baiocchi, MN. *Kalunga: Povo da terra*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Esta UNGARELLI, Daniella Buchmann. A comunidade quilombola kalunga do Engenho II: cultura, produção de alimentos e ecologia de saberes. 2009. 92 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, 2009. do dos Direitos Humanos, 1999. Dissertação de Mestrado.